

entrevista revisão da PAC

[LUÍS CAPOULAS SANTOS RELATOR DO PARLAMENTO EUROPEU]

“Proposta da Comissão revela insensibilidade social”

O relator do Parlamento Europeu para a reforma da Política Agrícola Comum acusa a proposta da CE de “excessivamente liberal”, criticando o fim de alguns mecanismos de protecção existentes. O eurodeputado vai agora ter que convencer os seus pares de que tem razão **Filipe Paiva Cardoso** filipecardoso@mediafin.pt



A Comissão Europeia (CE) apresenta hoje a proposta de revisão da Política Agrícola Comum (PAC). Como relator do Parlamento Europeu, o que acha do documento?

Lamento que a CE se tenha limitado, segundo as suas próprias palavras, a fazer pequenos ajustes na PAC em vez de aproveitar para lançar um grande debate e definir com precisão a nova configuração para a PAC pós-2013. Entendo que, dadas as grandes alterações de circunstâncias que se verificaram nos últimos anos – em particular nos cereais e seus impactos à escala global – este é um problema que não se resolve sem a agricultura europeia e nesta proposta a CE pretende só introduzir pequenos acertos, aprofundando pouco mais do que em 2003.

O que critica?

A proposta da CE revela insensibilidade social, suprime ajudas a quem tem menos de um hectare, que são milhares em Portugal, e não estabelece um tecto máximo de ajudas. Não valoriza o emprego enquanto critério de atribuição de apoios. Com esta proposta abandona-se o princípio de solidariedade, propõe-se que as modulações fiquem a 100% no Estado-membro, quando 20% destas era redistribuído. É um modelo excessivamente liberal, que entrega grande parte da PAC ao mercado, suprime os mecanismos de protecção – restituições às exportações, ajudas à armazenagem –, o que é péssimo para quando houver baixa de preços.

E quais os pontos positivos?

A introdução, no 1º pilar, da hipótese de um Estado-membro usar até 10% para programas específicos; o fim dos critérios históricos; o aprofundamento do desligamento das ajudas; o sistema de co-financiamento para um sistema de gestão de riscos.

Está optimista?

Este é um momento em que se está a perder uma oportunidade, ainda que seja melhor fazer um debate limitado do que não fazer debate, mas nunca estive optimista e fiz várias declarações no Parlamento Europeu (PE) no sentido de interpelar a CE sobre a falta de ambição.

Falta de ambição ao nível do desligamento das ajudas, da modulação?

Essas são as questões principais em debate, se vai haver condições ou não para que se forme uma maioria em relação ao aprofundamento deste modelo liberal, que se sintetiza em três pontos: A CE pressupõe um aprofundamento do desligamento total das ajudas – a atribuição de ajudas sem estarem directamente relacionadas com o que se produz – e para esta questão vai logo a primeira grande crítica: Aceito um desligamento das ajudas para dar liberdade de se produzir aquilo para o que as explorações têm melhores condições. Sou favorável ao desligamento, pois acho positivo dar uma ajuda a um agricultor que concorre num mercado onde as condições de

”

Vou procurar aumentar o limite das ajudas isentas da modulação, admito até 10 mil euros.

Lamento que a Comissão Europeia só queira fazer apenas pequenos ajustes à PAC.

A CE preconiza que continuem a vigorar as ajudas sem obrigação de produzir. É socialmente injusto.

produção noutros espaços são vantajosas. Falo ao nível de salários, exigências ambientais, de protecção social dos trabalhadores... Isto torna necessário haver um apoio, que não deve estar associado a quantidades produzidas, porque isso levou a que se fizessem culturas em sítios onde não se devia fazer, logo defendo um subsídio que não esteja ligado a quantidades produzidas.

Mas...

Mas não concordo que se atribuam ajudas desligadas sem obrigação para produzir. Ou seja, se as ajudas são para dar liberdade ao agricultor para ele produzir o mais adequado, ele tem obrigação de produzir e este modelo que a CE preconiza que continue, é atribuir uma ajuda desligada sem obrigação de produzir, o que, na prática, significa dar um subsídio só por se ser dono de terra. Isso é injusto e inadmissível e apresentarei emendas a este ponto.

O que muda ao nível dos critérios de atribuição de ajudas?

Esse é outro aspecto. A CE preconiza, e bem, que se abandonem os critérios históricos. Aqui estou de acordo, é necessário encontrar um modelo mais justo e justificável. O modelo histórico que vigora consiste em atribuir aos agricultores que recebiam ajudas no passado um montante igual ao recebido no período 2000/02 e o que se questiona é: Porquê este período e não outro? Faz sentido que haja agricultores a receber só porque

antes recebiam e um agricultor novo não tenha ajudas? Tem que se evoluir para um novo sistema.

De que novo sistema falamos?

A CE avança para um modelo, que abandona o histórico, mas não é clara quanto ao alternativo, e o modelo de dar ajudas por hectare parece-me demasiado simplista. Devia haver mais critérios. Por exemplo deveria valorizar-se o emprego e o ambiente. Uma exploração que crie empregos não pode ser tratada como uma que corta empregos.

E quanto às outras propostas da CE?

Nalguns sectores como o leite, a CE preconiza pura e simplesmente o fim das quotas em 2015 e logo a liberalização progressiva do mercado. Acho que é ousado e com consequências difíceis de prever para regiões menos competitivas.

Como Portugal?

Como as regiões ultraperiféricas, montanhosas, etc... o fim do regime de quotas e a liberalização deve ser visto com mais ponderação e não deve ser dado adquirido em 2015.

Mas a comissão dá como garantido.

Afirma-o reiteradamente, mas acho que deve ser mais ponderada.

Quanto à modulação, concorda com as ideias da CE?

A questão da modulação, ou seja, retirar ajudas do 1º pilar [ajudas directas] e transferir para o 2º pilar